

DEMOCRACIA, AUTONOMIA E AUTOGOVERNO EM
TERRITÓRIOS ZAPATISTAS
DEMOCRACY, AUTONOMY AND SELF-GOVERNMENT IN
ZAPATIST TERRITORIES

RESENHA DE:

BRANCALEONE, CASSIO. *TEORIA SOCIAL, DEMOCRACIA E
AUTONOMIA: UMA INTERPRETAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DE AUTOGOVERNO
ZAPATISTA*. RIO DE JANEIRO: BECO DO AZOUGUE, 2015. 408 P.

Cláudio Rodrigues da Silva¹

O livro “*Teoria Social, democracia e autonomia: uma interpretação da experiência de autogoverno zapatista*” é de autoria de Cassio Brancaleone. Lançado em 2016 e publicado em 2015 por Beco do Azougue, o livro, que totaliza 408 páginas, recebeu o “Prêmio IESP”, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

O autor é Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* de Erechim, e tem como temática principal de pesquisa movimentos sociais e auto-organização popular na América Latina.

O livro, que apresenta resultados de pesquisa levada a termo pelo autor em territórios zapatistas no ano de 2008, está organizado em duas partes e seis capítulos. Contém várias fotografias – a maioria realizada por Brancaleone – de instalações zapatistas, além de mapas e esquemas explicativos que contribuem para uma melhor compreensão de aspectos estruturais e organizacionais do Zapatismo, inclusive em termos de território e de territorialidade.

No primeiro capítulo, intitulado “A vaca, a faca e o queijo: as ciências sociais contemporâneas em uma perspectiva indisciplinada e descolonial”, são apresentados apon-

¹ Cursa Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, Univ. Estadual Paulista, *campus* de Marília. Endereço eletrônico: silvanegrao@gmail.com



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

tamentos sobre aspectos teórico-metodológicos da pesquisa. O autor tece reflexões sobre, entre outros temas, o colonialismo e o descolonialismo nas Ciências Sociais e a “geopolítica da normalidade epistêmica”; intelectuais e o Zapatismo; Zapatismo e seus intelectuais, bem como sobre desafios que esse Movimento representa para as Ciências Sociais.

Em “Da democracia como autogoverno”, segundo capítulo, Brancaleone problematiza sobre teorias do autogoverno; Estado e democracia; anarquismo e democracia; democracia como autogoverno; concepção estadocêntrica de democracia; relações entre o fenômeno democrático, a forma-Estado e a forma-capital; comunidade e propriedade, entre outros temas. O autor aborda, também, a questão dos caminhos e das formas da auto-organização popular, autogoverno, autogestão, autorregulação e autonomia.

“Do autogoverno como sociabilidade” é o terceiro capítulo, no qual Brancaleone discute, a partir de autores, como, por exemplo, Georg Simmel, Ferdinand Tönnies, Georges Gurvitch, Piotr Kropotkin e Marcel Mauss, aspectos conceituais sobre indivíduo, comunidade e sociedade, assim como acerca do autogoverno como sociabilidade e implicações das sociabilidades emergentes.

No capítulo quarto, intitulado “Chiapas e o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN): notas de história social em uma perspectiva antissistêmica de longa-duração”, o autor trata de aspectos da questão agrária e colonial no México moderno – rebeliões indígenas, conflitos por terras, *ejidos*, modernização, relação entre campo e cidade, dentre outros –, abrangendo os contextos da Revolução Mexicana, da pós-Revolução, de antecedentes da formação do EZLN e da insurreição armada, em 1994. Trata, ainda, de aspectos da estrutura político-militar do EZLN e das Leis Revolucionárias zapatistas.

Em “A formação dos Caracóis, das Juntas de Bom Governo e a reconfiguração dos municípios autônomos rebeldes: sobre a arquitetura de poder, o projeto e a experiência de autogoverno zapatista”, quinto capítulo, Brancaleone apresenta apontamentos sobre, entre outros assuntos, comunidades e municípios autônomos rebeldes zapatistas; Caracóis; Juntas de Bom Governo e suas atribuições; as esferas político-militar e civil do Zapatismo e suas conexões; saúde e educação autônomas zapatistas; o espaço da sociedade civil no Zapatismo; etnias componentes ou majoritárias em cada região rebelde; estrutura organizacional e arquitetura do poder nesse Movimento.

No sexto capítulo, intitulado “Navegando por territórios rebeldes zapatistas: narrativas, casos, observações”, o autor destaca dados sobre sua chegada e sua incursão em territórios zapatistas, bem como sobre o processo da sua aproximação e da sua vivência em uma comunidade autônoma rebelde, como participante do processo de concepção de um projeto de produção de “tabaco autônomo”. Brancaleone discorre sobre aspectos políticos, econômicos e culturais da vida nessa comunidade, como, por

exemplo, a relação entre zapatistas e não zapatistas, infraestrutura, casas, roupas e calçados, comércio, produção, educação, poder, gênero, sexualidade, família, identidades indígenas, subjetivação, entre outros.

Das “Considerações finais” destaca-se que, para o autor, o experimento de autogoverno rebelde zapatista situa-se no âmbito das lutas antiestatais e anticapitalistas. O Movimento representa, como apontado, por diversos fatores, desafios teórico-práticos, principalmente para as vertentes das Ciências Sociais que operam em clave hegemônica.

O livro contribui para análises de aspectos de contradições, desafios, dificuldades e potencialidades do Zapatismo, propiciando aportes para reflexões sobre as numerosas e complexas condições adversas enfrentadas por projetos de sociabilidades em perspectivas anticapitalistas ou antissistêmicas.

Brancaleone propicia dados empíricos a partir de uma vivência que envolve desafios de variadas ordens, especialmente no que se refere ao tempo dedicado a essa atividade e à obtenção de autorização para realizá-la.

Várias das temáticas apresentadas pelo autor instigam a novas investigações abrangendo ou cotejando diferentes comunidades, municípios ou zonas autônomas rebeldes zapatistas. Isso seria importante inclusive para se analisar eventuais ocorrências de alterações – e, caso afirmativo, se positivas ou negativas – em quesitos problematizados por Brancaleone. Aliás, várias partes da história do Zapatismo, em especial do EZLN, demandam pesquisas e instigam a novas análises ou interpretações, inclusive a partir de outros referenciais teóricos

Trata-se de um Movimento em atuação, numa conjuntura de significativas mudanças políticas, econômicas e culturais, tanto em âmbito nacional quanto internacional. Dois eventos que se destacam neste momento são a aprovação, em 2017, da *Ley de Seguridad Interior* e o envolvimento orgânico do Movimento Zapatista, juntamente com o Congreso Nacional Indígena (CNI) e outras organizações, com a campanha “*firmas por Marichuy*”, que teve por objetivo conseguir as adesões exigidas por lei para garantir que María de Jesús Patricio Martínez, *vocera* do Concejo Indígena de Gobierno (CIG), pudesse figurar como candidata independente no processo eleitoral para a Presidência do México, cuja eleição está prevista para este ano. No entanto, Marichuy não atingiu as adesões necessárias para isso.

As contradições e os desafios postos ao Movimento Zapatista são vários e de diversas ordens. Destacam-se os megaprojetos ou outros empreendimentos – que tendem a estar presentes em diferentes países do mundo –, sejam estatais sejam privados, como, por exemplo, aeroportos, agronegócio, complexos turísticos, extrativismo/mineração, ferrovias, hidrovias, portos, represas, rodovias, usinas hidrelétricas e outras

formas de geração de energia, dentre outros, concebidos em conformidade com as demandas do capital, portanto, sem consultas ou consentimento das populações, especialmente aquelas que vivem nas áreas envolvidas. Não raramente esses megaprojetos tendem a implicar, dentre outros impactos, deslocamentos forçados ou expulsões de populações de áreas atingidas ou visadas para fins dessas construções. Isso tende a acentuar interferências e impactos negativos no processo de constituição ou consolidação da autonomia em territórios zapatistas.

A Lei de Segurança Interna e os megaprojetos tendem a implicar ou acentuar vários riscos ou desafios enfrentados pelo Zapatismo, assim como para outras organizações populares que atuam em perspectivas de resistência ao Estado e ao capital.

Reiterando, trata-se de um Movimento que continua a demandar análises de seus diversos aspectos, pois vivencia um momento diferenciado em sua história, devido, principalmente, aos eventos mencionados, que potencializam alguns desafios ou problemas que o Zapatismo enfrenta, especialmente no que se refere a questões de segurança dos zapatistas e também da autonomia e da integridade dos territórios rebeldes autônomos.

Produções acadêmico-científicas sobre experiências ou lutas, que ocorrem em diferentes pontos do mundo, por autonomia, autoeducação e autogoverno são formas de difundi-las, considerando-se seus problemas, contradições e, especialmente, seu potencial de contribuição para a constituição de sociabilidades antagônicas ao capital.

Conforme Cassio Brancaleone (2015, p. 371),

O zapatismo como projeto político e experimento social pode até mesmo fracassar e deixar de existir nos próximos anos, contrariando todas as nossas generosas expectativas e desejos mais honestos de construção de alternativas societárias reais. No entanto, talvez, o aspecto mais importante da experiência de autogoverno zapatista é o fato de que ela concretamente existiu e foi possível, e, querendo ou não, simplesmente isso é mais do que suficiente para manter viva a chama que alimenta a imaginação dos vivos e a presença incômoda dos mortos que não puderam ser sepultados e que falam, atuam e agem através de novas formas de vida que crescem e se desenvolvem no espaço de ruínas que acreditamos esquecidas e abandonadas.

O Zapatismo, assim como outros movimentos sociais pretéritos ou atuais, propicia, com suas experiências, um relevante legado prático-teórico para as classes trabalhadoras. Por isso, inclusive, a relevância do registro, da problematização e da difusão dessas experiências.

Recebido: 18/05/2018

Aceito: 14/03/2019